



**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades**

**CONSTRUINDO CAMINHOS: DELINEANDO OS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL**

***BUILDING PATHS: OUTLINING THE PRINCIPLES OF INFORMATIONAL JUSTICE***

**Franciéle Carneiro Garcês da Silva. UFMG. UDESC.**

**Dirnele Carneiro Garcez. UFSC.**

**Leyde Klebia Rodrigues da Silva. UFBA. UFCA.**

**Priscila Rufino Fevrier. IBICT. UFRJ.**

**Ana Paula Meneses Alves. UFMG.**

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Pode a justiça informacional oferecer princípios direcionadores ao campo de estudos biblioteconômico-informacional? Esta é a pergunta que direciona este estudo, que possui por objetivo promover o diálogo entre justiça informacional, Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo propondo princípios para direcionar a construção epistemológica e ações docentes e profissionais em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCI). A fundamentação teórica está ancorada em pessoas estudiosas da justiça informacional e da ética da informação, tais como Martha Smith, Kay Mathiesen e Matthew P. Butcher. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, teórico-crítico, qualitativo, de cunho descritivo, cuja construção está vinculada à literatura científica dos estudos em justiça social em BDCI. Como resultado, apresenta oito princípios para justiça informacional no campo.

**Palavras-Chave:** Justiça Informacional. Princípios. Justiça Social. Tecnologia. Ética da Informação.

**Abstract:** Can informational justice offer guiding principles for the field of information-library studies? This is the question that guides this study, which aims to promote dialogue between informational justice, Librarianship and Information Science, especially by proposing principles to guide the epistemological construction and teaching and professional actions in Librarianship, Documentation and Information Science (BDCI). The theoretical foundation is anchored in informational justice and information ethics scholars, such as Martha Smith, Kay Mathiesen and Matthew P. Butcher. Methodologically, it is a bibliographic, theoretical-critical, qualitative, descriptive study, whose construction is linked to the scientific literature of studies in social justice in BDCI. As a result, it presents seven principles for informational justice in the field.

**Keywords:** Informational Justice. Principles. Social Justice. Technology. Information Ethics.



## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 escancarou as dificuldades de populações colocadas às margens no acesso a bens epistêmicos e direitos humanos básicos, como a informação, educação, saúde e outros. No que se refere à educação brasileira, de 2019 para 2020 houve aumento para 5,1 milhões de crianças e adolescentes fora da escola devido à pandemia da COVID-19, que acarretou na suspensão de aulas presenciais, aliadas às dificuldades de acesso à internet e tecnologias. O aprofundamento das adversidades nesse período, fez com que mais de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estivessem matriculados, mas sem obter nenhum acesso às atividades escolares (impressas ou digitais), e nem conseguir aumentar seu aprendizado e rendimento escolar a partir de sua casa (TOKARNIA, 2021). Somado a isso, o governo federal vetou ajuda financeira para internet a estudantes e docentes das escolas públicas de ensino (JÚNIOR, 2021).

Todos esses fatores são injustiças de diversas ordens que promovem a vulnerabilidade social e educacional, e a exclusão informacional da população brasileira. Especialmente, trata-se de ferir o direito à informação e a outros bens epistêmicos garantidos pela Constituição, que permitam o desenvolvimento pessoal, intelectual-crítico e cidadão de crianças e adolescentes em situação de marginalização social.

Tais injustiças têm sido refletidas por diversas autorias do campo dos estudos em justiça social em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCl), tais como Bharat Mehra, Kevin Rioux, Safiya Noble, Punit Dadlani, Laura Saunders, Emily Jones, Tami Oliphant, Johannes Britz, dentre outros, que buscam não só a denúncia, mas a reflexão crítica e a proposição de estratégias para a pesquisa, currículo e cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, assim como atuação profissional e pedagógica em busca da reparação de direitos e promoção de transformações sociais, educacionais e emancipação de populações vulneráveis.

A justiça social é demarcada por diversas esferas, dentre elas, a justiça informacional, a qual considera as pessoas como fontes de informação, sujeitos informacionais e buscadores de informação (MATHIESEN, 2015; SILVA *et al.*, 2021). Pensando nisso, a questão que direciona esta pesquisa é: como a justiça informacional pode oferecer princípios direcionadores ao campo de estudos biblioteconômico-informacional? Nesse sentido, o objetivo deste artigo é promover o diálogo entre justiça informacional, Biblioteconomia e



Ciência da Informação, sobretudo propondo princípios para direcionar a construção epistemológica e ações docentes e profissionais no campo.

Para tanto, é importante elucidar o que compreendemos por princípios dentro do contexto deste estudo. Adotaremos princípio como pressuposto, como um enunciado condutor; um ponto de partida, do qual podem ser derivadas outras construções epistemológicas e ações capazes de apontar novos caminhos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008; ABBAGNANO, 2007).

Este estudo faz parte das pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) vinculado à Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenado pela professora Ana Paula Meneses Alves, o qual busca compreender a justiça social e suas facetas em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCI) como fomentadora da emancipação social de pessoas em situação de vulnerabilidades, inclusive, a vulnerabilidade informacional.

## **2 METODOLOGIA**

O fundamento metodológico deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa que se propõe a responder questões particulares inerentes às Ciências Sociais. A abordagem qualitativa tem sido especialmente favorável para analisar exaustivamente os problemas relacionados aos preconceitos, discriminações e racismos. A importância de utilização da abordagem qualitativa é possibilitar o acesso ao conhecimento da realidade por meio da análise do discurso social e das representações simbólicas verbais com que indivíduos de pesquisa expressam desejos, necessidades, carências, valores e interesses, em uma situação concreta experimentada e em um contexto específico. O tratamento do *corpus* de análise é qualitativo, descritivo e analítico para então procedermos à interpretação e compreensão do fenômeno observado e sua consequente análise.

O referencial teórico selecionado para este estudo, tem como base à literatura científica dos estudos em justiça social em BDCI, recuperada a partir da busca pelos termos “information justice” e “social justice” nos idiomas inglês, português e espanhol nas bases de dados *Web of Science*, Biblioteca JSTOR e Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).



Sendo assim, com relação aos dados coletados, classificamos esta pesquisa como bibliográfica. Ao total, foram recuperados 510 artigos, dos quais 175 são referentes à justiça social em BCI, sendo que oito deles se referiram explicitamente à justiça informacional. Estes últimos servirão de base para elaboração dos princípios da justiça informacional neste artigo.

### **3 A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE JUSTIÇA SOCIAL EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Historicamente, a ética e a filosofia orientaram o campo biblioteconômico-informacional na reflexão teórica e, conseqüentemente, espelham a criação de serviços oferecidos às pessoas frequentadoras de bibliotecas e unidades de informação. Entretanto, efetivamente, pouco se sabe sobre os resultados do trabalho biblioteconômico e do(a) profissional da informação em termos de justiça social e a promoção de emancipação social e informacional em comunidades e pessoas vulnerabilizadas (SHERA, 1976; MEHRA; ALBRIGHT; RIOUX, 2007).

O trabalho de justiça social é central para o desenvolvimento da BDCI, especialmente no que concerne aos valores do bem público, tratamento e acesso justos à informação, responsabilidade social e democracia. No entanto, muitas pessoas bibliotecárias operam dentro de estruturas políticas e organizacionais que não priorizam os trabalhos antirracista, antissexista, antiLGBTQIAfóbico, e outros, como valores centrais da profissão bibliotecária (GIBSON, *et al.* 2017, VINCENT, 2015).

O trabalho para uma agenda em justiça social em BDCI perpassa justamente por reconhecer o potencial da profissão bibliotecária na construção de mudanças reais de populações colocadas às margens em sociedades racializadas, capitalistas, colonizadas e patriarcais. Tal trabalho pode ser desenvolvido em todos os tipos de bibliotecas e unidades de informação, especialmente, quando relacionados à busca pelos princípios que regem a justiça social, tais como justiça, equidade nas relações, empoderamento e desenvolvimento comunitário, diversidade étnico-racial, de gênero e cultural na participação e envolvimento nas tomadas de decisões, entre outros. Dessa forma, os elementos-chave para construção de uma agenda de justiça social na profissão bibliotecária se referem a (i) identificar como os grupos ou sujeitos em situação de vulnerabilidades estão sendo enfocados; (ii) analisar a necessidade de informação, pontos fortes da comunidade e da biblioteca com vistas a atender tal necessidade, assim como o plano de serviços criado para supri-la; (iii) examinar as



abordagens metodológicas usadas para engajar a população na busca pela resolução da necessidade apontada; (iv) verificar se houve e quais foram as mudanças percebidas de forma efetiva no cotidiano e na vida das pessoas enfocadas pelo plano; (v) analisar e avaliar se a necessidade inicial que motivou a criação do serviço e a interação com a comunidade foi atendida, e caso não, quais estratégias devem ser adotadas para resolver tal problema. Tudo isso, considerando a amplitude de produção de conhecimentos no campo biblioteconômico-informacional, a prática profissional ativa para o desmantelamento de injustiças, e a relevância da profissão para os contextos políticos, sociais, econômicos, epistêmicos e informacionais deste século (MEHRA; ALBRIGHT; RIOUX, 2007; ALLARD; FERRIS, 2015; OLIPHANT, 2015; VICENT, 2015).

Considerando esse contexto de agenda elencado, partimos para explorar sobre a justiça informacional, objeto principal deste estudo.

#### **4 DOS ENFOQUES EPISTEMOLÓGICOS AOS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL**

Pensando em um sentido geral de justiça pelo campo disciplinar da ética da informação, Martha Smith (2001) propôs o conceito de *Global Information Justice* (GIJ) ou Justiça Informacional Global (JIG). Smith compreende as pessoas bibliotecárias e outras profissionais da informação como “eus éticos” nos ambientes globais de informação que “precisariam negociar entre interesses concorrentes e afirmar sua experiência profissional de maneira construtiva e contundente” (SMITH, 1992, p. 565). Assim, delimita como objetivo da JIG conservar a natureza e preservar a humanidade por meio do uso criativo das tecnologias da informação, conhecimento e memória usando as práticas de direitos, responsabilidades e conexões de cuidado. A autora assume esse conceito a partir de três perspectivas diferentes, embora complementares de JIG: “ideal ético, princípio organizador para modelo de análise e como direcionadora de criação de políticas”. Na primeira perspectiva, o **ideal ético**, o objetivo da JIG situa-se na utilização de novas tecnologias para preservar a humanidade e conservar a natureza e o mundo; na segunda, o **modelo analítico** irá relacionar questões-chave como acesso, propriedade, privacidade, segurança e comunidade entre ele mesmo e o objetivo da JIG; por fim, na última perspectiva como **direcionadora de criação de políticas**, a JIG é percebida como base para criar, implementar e estabelecer novas práticas normativas. A autora elucida que o surgimento da internet e o potencial de conexão remota, representou uma ameaça à privacidade e identidade humanas. A noção utópica de justiça informacional



global tornou-se evidente na mesma medida que o projeto de globalização. Entretanto, aumentou também a conscientização de que nem todos os direitos humanos estavam sendo acessados de forma justa.

Dessa forma, a questão que direcionou a reflexão de Butcher (2009) em seu texto *At the foundations of information justice* foi: **existe justiça na informação?** No que diz respeito à tecnologia da informação e comunicação, o autor compreende a informação como injusta, especialmente quando contempla as relações de poder entre as elites (ricas em informação) e os grupos sociais e étnico-raciais vulneráveis (pobres em informação). Essa injustiça é demarcada pelos altos custos das taxas e licenças das tecnologias e *softwares* usados para promover o acesso e manipulação de informações de forma remota e real. Situado nos estudos da economia da informação, Butcher (2009) advoga que as leis de propriedade intelectual são utilizadas, muitas vezes, para proteger os interesses financeiros de longo prazo das organizações que lucram ao controlar as informações, ao mesmo tempo em que deixam de lado a preocupação com aqueles sujeitos que as usam.

É a partir dessa estrutura, que se estabelece uma lacuna informacional entre pessoas ricas e pobres em informação, na qual os primeiros serão os privilegiados e passam a ter o domínio e controle do uso e acesso das informações nas sociedades. Existe, portanto, uma oligarquia informacional que promove castas informacionais e estabelece fronteiras de classe e de uso de patentes, medicamentos, sementes e demais produtos e serviços dos quais as pessoas ricas em informação detenham poder (BUTCHER, 2009).

Ainda analisando as tecnologias, em seu livro *Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration*, Jeffrey Alan Johnson (2018) evoca a filosofia política e a ética da informação para construir uma visão crítico-constructiva das tecnologias. Inicialmente, o autor demarca que estudar a informação da perspectiva da justiça é um desafio complexo, pois é amplamente aceita a ideia de que a tecnologia seria moralmente neutra. Em contrapartida a essa ideia, entende que valores individuais, sociais e políticos podem desempenhar um papel central no desenvolvimento das tecnologias, e por isso, elas devem ser examinadas de forma crítica. Para demonstrar esse ponto, trouxe exemplos de como modelos de negócios, programas e serviços de digitalização, armazenamento, gerenciamento e agregação de dados não só podem causar exclusões de populações marginalizadas – que sofrem com a pobreza informacional –, quanto a insegurança



sobre dados privados e direitos de privacidade das pessoas dada a visão ética inadequada de quem produz tais tecnologias.

Sobre esse último ponto, Eubanks (2011) atribui a existência de uma “alucinação massiva, coletiva e consensual” sobre o poder da tecnologia da informação para promover a igualdade econômica e social ampla, e construir a transparência e responsabilização na governação democrática. Essa alucinação ignora e distorce as demandas por equidade nas tecnologias e cria políticas e organizações promotoras do aprofundamento das desigualdades já criadas. Por isso, investir na tecnologia e ciência também demanda investir simultaneamente na criação de sociedades mais justas (inclusive, informacionalmente), especialmente no contexto do século XXI em que projetos políticos de sociedades vigentes são oriundos da escravidão, exclusão, morte, domínio e exploração daqueles que recebem o *status* de não-ser humano e são hierarquizados racial e socialmente em prol do desenvolvimento de um mundo que se diz globalizado.

Johnson (2018) entende a informação como uma prática e estrutura social, especialmente no que se refere às mudanças nas distribuições de bens materiais, imateriais e epistêmicos, e no equilíbrio de poder social e político que o acesso e uso da informação permitiria aos grupos sociais. O autor define a justiça informacional como o julgamento ético fundamental - em termos distributivos e estruturais - dos arranjos sociais para a distribuição da informação e suas influências sobre a autodeterminação e o desenvolvimento humano.

A justiça informacional é um subconjunto da noção mais ampla de justiça política, aplicada a questões de informação e tecnologias da informação e comunicação. Pela lente da teoria da justiça informacional seria possível compreender em quais condições se assumiria que uma sociedade está assegurando a justiça política no domínio da informação. No entanto, só seria possível alcançar uma “sociedade da informação” se, de fato, os focos das justças distributiva, de reconhecimento e participativa fossem alcançadas pelas sociedades contemporâneas. Sendo as tecnologias parte integrante e fundamental para o desenvolvimento dessas sociedades, a justiça informacional será completa quando houver estruturas distributivas comuns de informação, assim como a garantia de reconhecimento e participação ativa de todos os grupos que compõe as sociedades (HOFFMANN, 2016; JOHNSON, 2018).



A justiça informacional se refere a uma estrutura de justiça social para fornecer aos profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação elementos que lhes permita reconhecer as questões centrais de justiça social nos serviços de informação. Nesse sentido, definida como justiça para pessoas e comunidades em suas atividades como buscadoras, fontes e sujeitos de informação, a justiça informacional serviria como substituta para a justiça social em grande escala, porque as oportunidades de receber e compartilhar informações são meios centrais para melhorar todos os aspectos da vida das pessoas (MATHIESEN, 2015).

A partir das reflexões abordadas nesta pesquisa, partimos para construção de princípios orientadores da justiça informacional no campo biblioteconômico-informacional, a saber:

**Princípio 1:** Utilizamos da justiça informacional para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais, etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação.

**Princípio 2:** Conscientes da dualidade **ricos em informação** versus **pobres em informação**, repudiamos as lógicas capitalistas de manutenção de poder e comércio sobre a informação, as quais promovem o acesso desigual à informação por parte de grupos geopoliticamente situados e classificados pelos marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero, de credo e culturais.

**Princípio 3:** Acreditamos que a justiça informacional se concretizará com a atuação e formação bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades.

**Princípio 4:** Entendemos que ao projetarmos produtos, programas e serviços em BCI, a orientação em justiça social nos cobra ciência das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação.



**Princípio 5:** Enfocamos a justiça distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas.

**Princípio 6:** Entendemos que o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, a segurança e a confidencialidade da informação como direitos humanos.

**Princípio 7:** Advogamos em prol das licenças e softwares de acesso aberto das tecnologias da informação e comunicação como uma das formas de atender à justiça informacional.

**Princípio 8:** Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para justiça social são fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou o delineamento dos princípios da justiça informacional em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCI). Inicialmente, a fundamentação teórica abordou a agenda de justiça social no campo, e após, os conceitos e objetivos da justiça informacional presentes na literatura científica.

O objetivo do trabalho propôs promover o diálogo entre justiça informacional, Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo propondo princípios para direcionar a construção epistemológica e ações docentes e profissionais em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCI). Para isso, tendo como base os estudos da justiça social e informacional em BCI, foram elencados oito princípios direcionadores da ação profissional, da prática pedagógica e da construção de currículos em BDCI.

Como dissemos, ao apresentar nossa compreensão de princípio para este estudo, consideramos cada princípio elencado como um ponto de partida, que apontam novos



caminhos e novas pesquisas na interface BDCI e justiça social. Este estudo faz parte de uma série de publicações que vem aprofundando o conhecimento das teorias aqui mencionadas, e adentrando cada vez mais no contexto de justiça social.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5.ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALLARD, D.; FERRIS, S. Antiviolence and Marginalized Communities: Knowledge Creation, Community Mobilization, and Social Justice through a Participatory Archiving Approach. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 360–383, 2015. doi:10.1353/lib.2015.0043

BRITZ, J. J. Making the global information society good: A social justice perspective on the ethical dimensions of the global information society. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 59, n. 7, p. 1171-1183, 2008. doi:10.1002/asi.20848

BUTCHER, M. P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009. doi: 10.1007/s10676-009-9181-2

CHOPRA, S.; DEXTER, S. Free software and the economics of information justice. **Ethics and Information Technology**, v. 13, n. 3, p. 173–184, 2010. doi:10.1007/s10676-010-9226-6

CUNHA, M. B. da.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DADLANI, P.; TODD, R. J. Information Technology and School Libraries: a Social Justice Perspective. **Library Trends**, Illinois, v. 64, v. 2, p. 329–359, 2015. doi:10.1353/lib.2015.0041

EUBANKS, V. **Digital Dead End: fighting for Social Justice in the Information Age**. London: The MIT Press, 2011.

GIBSON, A. N., CHANCELLOR, R. L.; COOKE, N. A.; DAHLEN, S. P.; LEE, S. A.; SHORISH, Y. L. Libraries on the frontlines: Neutrality and social justice. **Equality, Diversity and Inclusion: an International Journal**, v. 8, n. 36, p. 751-766, 2017. DOI: 10.1108/EDI-11-2016-0100

JOHNSON, J. A. From open data to information justice. **Ethics and Information Technology**, v. 16, n. 4, p. 263-274, 2014. doi: 10.1007/s10676-014-9351-8

JOHNSON, J. A. Introduction. *In*: JOHNSON, J. A. **Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration**. Orem, TUT: Springer, 2018. p. 1-21.

JÚNIOR, J. Bolsonaro veta ajuda financeira para internet de alunos e professores das escolas públicas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/737836-bolsonaro-veta-ajuda-financeira-para-internet-de-alunos-e-professores-das-escolas-publicas> Acesso em: 10 maio 2022.



HOFFMANN, A. L. Google Books, Libraries, and Self-Respect: Information Justice beyond Distributions. **The Library Quarterly**, v. 86, n. 1, p. 76–92, 2016. doi:10.1086/684141

KUILEMA, J. Social Workers and Broadband Advocacy. **Social Science Computer Review**, v. 31, n. 3, p. 291–305, 2012. doi:10.1177/0894439312454266

KUMASI, K. D.; MANLOVE, N. L. Finding “Diversity Levers” in the Core Library and Information Science Curriculum: A Social Justice Imperative. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 415–443, 2015. doi:10.1353/lib.2015.0047

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

MEHRA, B.; ALBRIGHT, K. S.; RIOUX, K. A practical framework for social justice research in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 43, n. 1, p 1-10, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1002/meet.14504301275>

NAGENBORG, M. Designing spheres of informational justice. **Ethics and Information Technology**, v. 11, n. 3, p. 175–179, 2009. doi: 10.1007/s10676-009-9200-3

OLIPHANT, T. Social Justice Research in Library and Information Sciences: A Case for Discourse Analysis. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 226-245, 2015. Doi: 10.1353/lib.2015.0046

ROSA, J.; TEIXEIRA, C.; SOUSA PINTO, J. Risk factors in e-justice information systems. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 30, n. 3, 241–256, 2013. doi: 10.1016/j.giq.2013.02.002

SHERA, J. **Introduction to library service**: basic elements of library service. Littleton, CO: Libraries Unlimited, 1976.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021. p. 1-16.

SMITH, M. Infoethics for leaders: Models of moral agency in the information environment. **Library Trends**, v. 40, n. 3, p. 553-570, 1992.

SMITH, M. Global Information Justice: Rights, Responsibilities, and Caring Connections. **Library Trends**, v. 49, n. 3, p. 519-537, 2001.

SOUZA, F. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255> Acesso em: 19 maio 2022.



VINCENT, J. Why Do We Need to Bother?: Public Library Services for LGBTQI People. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 285–298, 2015. doi:10.1353/lib.2015.0050

TOKARNIA, M. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. **Agência Brasil**, Brasília, 29 abr. 2021. Disponível em:  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020> Acesso em: 10 maio 2022.